

CONCURSO PÚBLICO

26 / AGOSTO / 2012



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EDITAL 02/2011 OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CADERNO DE PROVAS

CADERNO 2	<ul style="list-style-type: none">• PROVIMENTO
PROVAS:	<ul style="list-style-type: none">• REGISTROS PÚBLICOS E CONHECIMENTOS GERAIS• DIREITO CIVIL• DIREITO PROCESSUAL CIVIL• DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL• DIREITO TRIBUTÁRIO• DIREITO COMERCIAL• DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 100 (cem) questões objetivas, sendo 22 de Registros Públicos e Conhecimentos Gerais, 15 de Direito Civil, 15 de Direito Processual Civil, 10 de Direito Penal e Processual Penal, 13 de Direito Tributário, 15 de Direito Comercial e 10 de Direito Administrativo e Constitucional. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, 5 (cinco) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Não perca tempo em questões, cujas respostas lhe pareçam difíceis, volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
5. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
6. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com sua folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
7. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início das mesmas.
8. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
9. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, dois dias depois da realização da prova.
10. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.



Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE REGISTROS PÚBLICOS E CONHECIMENTOS GERAIS – PROVIMENTO

QUESTÃO 01

São requisitos formais essenciais do instrumento público notarial, **EXCETO**

- (A) a assinatura do tabelião.
- (B) a nomeação das partes.
- (C) a redação em língua nacional.
- (D) a declaração de ter sido lida em presença dos comparecentes ou de que todos a leram.

QUESTÃO 02

Em uma folha foram copiados uma carteira de identidade, um certificado de reservista, um título de eleitor e três comprovantes de votação de uma mesma pessoa. Foram utilizados os dois lados da folha, sendo que, no anverso, estavam as frentes dos documentos e, no verso da folha, as partes de trás dos documentos, juntamente com os comprovantes de votação. Quantas autenticações deverão ser feitas?

- (A) Uma.
- (B) Três.
- (C) Seis.
- (D) Nove.

QUESTÃO 03

O exercício da atividade notarial e de registro é compatível com

- (A) advocacia.
- (B) mandato eletivo.
- (C) emprego ou funções públicos.
- (D) intermediação de seus serviços.

QUESTÃO 04

A delegação do notário ou do oficial registrador **NÃO** se extingue pela

- (A) renúncia.
- (B) invalidez.
- (C) Lei 8.935/94, art. 35.
- (D) aposentadoria compulsória aos 70 anos.

QUESTÃO 05

Considerando a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sobre o cancelamento de matrícula pela fusão de imóveis, **NÃO** é correto afirmar

- (A) Os imóveis oriundos de desmembramentos serão desdobrados em novas matrículas, juntamente com os ônus que sobre eles existirem.
- (B) Podem ser unificados dois ou mais imóveis constantes de transcrições anteriores à lei, à margem das quais será averbada a abertura da matrícula que os unificar.
- (C) Quando dois ou mais imóveis contíguos pertencentes a diferentes proprietários constarem de matrículas autônomas, podem eles requerer a fusão destas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.
- (D) Podem ser unificados dois ou mais imóveis, registrados por ambos os sistemas, caso em que, nas transcrições, será feita a averbação da abertura da matrícula e nas matrículas serão encerradas as anteriores com a unificação.

QUESTÃO 06

Considerando a Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004, sobre a Cédula de Crédito Bancário, **NÃO** é correto afirmar

- (A) A cédula de crédito bancário poderá ser emitida sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída.
- (B) A cédula de crédito bancário em favor de instituição domiciliada no exterior não poderá ser emitida em moeda estrangeira.
- (C) A instituição credora deve integrar o SFN, sendo admitida a emissão da cédula em favor de instituição domiciliada no exterior, desde que a obrigação esteja sujeita exclusivamente à legislação brasileira.
- (D) É título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica em favor de instituições financeiras ou de entidades a estas equiparadas, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

QUESTÃO 07

Considerando a Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sobre parcelamento de solo urbano, para aprovação do projeto de desmembramento, o interessado apresentará à Prefeitura Municipal, acompanhando certidão atualizada da matrícula da gleba e planta do imóvel a ser desmembrado:

- ✓ indicação das vias a serem abertas e dos loteamentos próximos;
- ✓ indicação do tipo de uso predominante no local;
- ✓ indicação da divisão de lotes pretendida na área;
- ✓ memoriais descritivos dos lotes a serem criados.

Analisando os itens, é **correto** afirmar que

- (A) apenas um é falso.
- (B) apenas dois são verdadeiros.
- (C) todos são verdadeiros.
- (D) todos são falsos.

QUESTÃO 08

Considerando a Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, **NÃO** é correto afirmar que os créditos objeto do regime fiduciário

- (A) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da companhia securitizadora.
- (B) não estão isentos de qualquer ação ou execução pelos credores da companhia seguradora.
- (C) não são passíveis de constituição de garantias ou de excussão por quaisquer dos credores da companhia securitizadora por mais privilegiados que sejam.
- (D) destinam-se exclusivamente à liquidação dos títulos a que estiverem afetados, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e de obrigações fiscais.

QUESTÃO 09

Baseado na Lei 59, de 18 de janeiro de 2001, são requisitos para a criação de Comarcas, **EXCETO**

- (A) Número de eleitores superior a treze mil na comarca.
- (B) População mínima de dezoito mil habitantes na Comarca.
- (C) Movimento forense anual nos municípios que compõem a Comarca de, no mínimo, oitocentos feitos judiciais, conforme estabelecer resolução da Corte Superior de Justiça.
- (D) Inspeção local feita pelo Corregedor-Geral, que apresentará relatório circunstanciado dirigido à Comissão de Organização e Divisão Judiciária opinando sobre a criação ou instalação da Comarca.

QUESTÃO 10

O Poder Judiciário de Minas Gerais será exercido pelos seguintes órgãos:

- ✓ Tribunal de Justiça;
- ✓ Tribunal de Justiça Militar;
- ✓ Turmas Recursais;
- ✓ Tribunal Regional Eleitoral.

Analisando os itens, é **correto** afirmar que

- (A) apenas um é falso.
- (B) apenas dois são falsos.
- (C) todos são falsos.
- (D) todos são verdadeiros.

QUESTÃO 11

Considerando a Portaria conjunta nº 03, de 30 de março de 2005, para fins de apuração e recolhimento da TFJ, deverá ser observada a data

- (A) da prática do ato.
- (B) de seu protocolo.
- (C) da retirada do título.
- (D) da apresentação do título.

QUESTÃO 12

Com base na Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964, é correto afirmar, **EXCETO** que

- (A) o condomínio por meação de parede, soalhos e tetos das unidades isoladas regular-se-á pelo disposto no Código Civil, no que lhe for aplicável.
- (B) A alienação ou transferência de direitos sobre as unidades condominiais dependerá de prova de quitação das obrigações do alienante para com o respectivo condomínio.
- (C) cada unidade com saída para a via pública, diretamente ou por processo de passagem comum, será sempre tratada como objeto de propriedade exclusiva, qualquer que seja o número de suas peças e sua destinação.
- (D) as edificações ou conjuntos de edificações de um ou mais pavimentos construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não residenciais, não poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá cada unidade propriedade autônoma sujeita às limitações desta lei.

QUESTÃO 13

Com base na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, aprovado o loteamento ou o desmembramento, o processo deverá conter os seguintes documentos, **EXCETO**

- (A) título de propriedade do imóvel ou certidão da matrícula.
- (B) vintenária acompanhada dos respectivos comprovantes.
- (C) certidões vintenárias dos cartórios de protesto de títulos em nome do loteador.
- (D) certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais sobre o imóvel.

QUESTÃO 14

Baseado na Lei 4.504/64, a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- ✓ favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- ✓ mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- ✓ explora os recursos naturais;
- ✓ observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Analisando as afirmações, conclui-se que

- (A) apenas uma é falsa.
- (B) apenas duas são falsas.
- (C) todas são falsas.
- (D) todas são verdadeiras.

QUESTÃO 15

Considerando a Lei 4.504/64, a desapropriação por interesse social tem por fim:

- ✓ obrigar a exploração racional da terra;
- ✓ incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural;
- ✓ efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais;
- ✓ permitir a recuperação social e econômica de regiões.

Analisando as afirmações, conclui-se que

- (A) apenas uma é falsa.
- (B) apenas duas são falsas.
- (C) todas são falsas.
- (D) todas são verdadeiras.

QUESTÃO 16

É vedado o reconhecimento de firma quando o documento

- (A) contiver assinaturas de pessoas falecidas, mas que tenha sido assinado antes do óbito.
- (B) estiver preenchido totalmente, mas abaixo da assinatura não estiver o nome legível do assinante.
- (C) for redigido em língua estrangeira, para ter efeitos no país, estando acompanhado de tradução oficial.
- (D) for redigido em língua estrangeira, para produzir efeitos no exterior, e o tabelião não tenha conhecimento e domínio do idioma no qual foi escrito.

QUESTÃO 17

São documentos necessários para a lavratura de escritura de inventário e partilha, **EXCETO**

- (A) documento oficial das partes.
- (B) certidões de nascimento ou casamento, das partes e do advogado.
- (C) certidão de pacto antenupcial, se o autor da herança era casado em regime de bens diferente do legal.
- (D) certidões que atestem a situação fiscal e tributária do autor da herança, comprovando que estava "em dia" com suas obrigações.

QUESTÃO 18

O Conselho Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições, visando à segurança jurídica, fez a recomendação n. 03 em 2012, publicada pela Corregedoria Geral de Justiça – MG, para que os agentes dos serviços notariais, em atos em que ocorressem alienação ou oneração de bem imóvel, também científicassem as partes envolvidas. Essa recomendação se refere à certidão negativa de

- (A) tributos federais.
- (B) débitos trabalhistas.
- (C) feitos ajuizados federais.
- (D) débitos relativos às contribuições previdenciárias.

QUESTÃO 19

Em Minas Gerais, foi publicada a portaria conjunta que institui o selo eletrônico e, em Belo Horizonte, já funciona no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis.

NÃO é correto o que se afirma em

- (A) Nos casos de autenticações, será utilizado um selo para cada folha autenticada, desde que a folha contenha um único documento.
- (B) Nas certidões emitidas, será usado um selo, independentemente do número de páginas.
- (C) Será utilizado um selo para cada período de 10 (dez) anos, no caso de busca em livros e documentos arquivados.
- (D) No Tabelionato de Protestos de Títulos, para indicação de registro ou averbação, no documento que certificar a prática do ato, a quantidade de selos utilizados dependerá da quantidade de pessoas indicadas.

QUESTÃO 20

Dentre as atribuições dos tabeliães de notas estão a lavratura de escrituras e procurações públicas e as atas notariais.

NÃO é correto o que se afirma em

- (A) A ata notarial pode registrar um fato jurídico natural.
- (B) O tabelião, na lavratura das escrituras, narrará a vontade das partes.
- (C) Nas atas notariais, o tabelião narra o fato que vê, porém o fato não pode ser ilícito.
- (D) O tabelião pode lavrar uma escritura de revogação de procuração em que o mandatário na procuração será notificado pelo outorgante da procuração.

QUESTÃO 21

O novo Código Florestal foi aprovado em 2012. O relator final desse Código Florestal foi o

- (A) Deputado Paulo Piau.
- (B) Deputado Aldo Rebelo.
- (C) Senador Luiz Henrique.
- (D) Deputado Gonzaga Patriota.

QUESTÃO 22

A Festa Literária Internacional de Paraty, edição 2012, homenageou o escritor

- (A) Jorge Amado.
- (B) Érico Veríssimo.
- (C) Monteiro Lobato.
- (D) Carlos Drummond de Andrade.

PROVA DE DIREITO CIVIL – PROVIMENTO**QUESTÃO 23**

De acordo com o Código Civil, as disposições da Convenção de Condomínio edilício obrigam a todos os condôminos a respeitá-la. Para ser oponível contra terceiros, o ato convencional deverá ser inscrito, obrigatoriamente, no Cartório

- (A) de Pessoas Jurídicas.
- (B) de Registro de Imóveis.
- (C) de Tabelionato de Notas.
- (D) de Registro de Títulos e Documentos.

QUESTÃO 24

Sobre os alimentos, nos termos da Lei n. 11.804/2008, é **correta** a afirmação

- (A) O réu será citado para apresentar resposta em 10 (dez) dias.
- (B) Perdurarão até o nascimento da criança, sopesando as necessidades da parte autora e as possibilidades da parte ré.
- (C) Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor, sem possibilidade de revisão pela parte devedora.
- (D) Referem-se à parte das despesas que deverá ser custeada pelo futuro pai, considerando-se a contribuição que também deverá ser dada pela mulher grávida, na proporção dos recursos de ambos, não compreendendo as despesas adicionais.

QUESTÃO 25

Considerando o Código Civil Brasileiro, serão registrados em registro público

- (A) os nascimentos e a sentença declaratória de ausência.
- (B) os casamentos e as sentenças que decretarem o divórcio.
- (C) as sentenças que decretarem a anulação do casamento e os nascimentos.
- (D) os atos judiciais que reconhecerem a filiação e a sentença declaratória de ausência.

QUESTÃO 26

Segundo o Código Civil, consideram-se benfeitorias voluptuárias aquelas realizadas para

- (A) aumentar o bem.
- (B) facilitar o uso do bem.
- (C) impedir que o bem se deteriore.
- (D) mero deleite, ainda que de elevado valor.

QUESTÃO 27

Tendo em vista os atos que interrompem a prescrição, na forma do que dispõe o Código Civil, considere os itens:

- I. despacho do Juiz incompetente que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
- II. apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;
- III. qualquer ato inequívoco, sem o reconhecimento do direito pelo devedor.

A opção **correta** é

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 28

A respeito das formalidades exigidas para a validade do testamento cerrado, é **correto** afirmar

- (A) O tabelião lavrará, desde logo, o auto de aprovação, na presença de duas testemunhas, lendo, em seguida, ao testador e às testemunhas.
- (B) Depois de aprovado e cerrado, permanecerá com o tabelião, que lançará no seu livro nota do lugar, dia, mês e ano em que o testamento foi aprovado.
- (C) Pode dispor de seus bens em testamento cerrado quem não saiba ou não possa ler, desde que seja o testamento lido na presença de três testemunhas.
- (D) Não poderá ser escrito a rogo do testador pelo tabelião.

QUESTÃO 29

Sobre o Processo de Habilitação para o casamento, de acordo com o Código Civil Brasileiro,

- (A) caso haja impugnação do oficial ou de terceiro, a habilitação será submetida ao Ministério Público.
- (B) a habilitação será feita perante o oficial do Registro Civil e, após a audiência do Ministério Público, será homologada pelo juiz.
- (C) o oficial do registro dará aos nubentes ou a seus representantes nota da oposição, indicando os fundamentos, as provas e o nome de quem a ofereceu.
- (D) tanto os impedimentos quanto as causas suspensivas serão opostos oralmente, com a apresentação das provas do fato alegado, ou com a indicação do lugar onde possam ser obtidas.

QUESTÃO 30

Quanto à novação, de acordo com o Código Civil Brasileiro, é **correto** o que se afirma em

- (A) Não podem ser objeto de novação obrigações anuláveis, nulas ou extintas.
- (B) Opera-se quando o devedor contrai com o credor nova dívida sem substituir a anterior.
- (C) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.
- (D) Se o novo devedor for insolvente, não tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro, independentemente se este obteve por má-fé a substituição.

QUESTÃO 31

Considerando o exercício da tutela, nos termos do Código Civil, incumbe ao tutor quanto à pessoa do menor, **EX-CETO**

- (A) alienar os bens do menor destinados à venda.
- (B) transigir, com autorização ou aprovação ulterior do juiz.
- (C) representar o menor, até os 18 (dezoito) anos, nos atos da vida civil.
- (D) promover-lhe, mediante preço conveniente, o arrendamento de bens de raiz.

QUESTÃO 32

De acordo com o Código Civil Brasileiro, a respeito do usufruto, cabe ao usufrutuário

- (A) transferir o usufruto por alienação.
- (B) pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
- (C) o direito à posse, o domínio, o uso, a administração e a percepção dos frutos.
- (D) pagar as prestações e os tributos devidos pelos rendimentos da coisa usufruída.

QUESTÃO 33

Considerando o Código de Defesa do Consumidor, sobre o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, é **correto** o que se afirma em

- (A) Prescreve em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (B) Caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (C) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento da compra do produto defeituoso.
- (D) Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

QUESTÃO 34

Sobre a aceitação e a renúncia da herança, de acordo com o Código Civil Brasileiro, é **correto** afirmar

- (A) A transmissão tem-se por não verificada quando o herdeiro renuncia à herança.
- (B) Importa aceitação a cessão gratuita, pura e simples, da herança aos demais coerdeiros.
- (C) A renúncia da herança deve constar expressamente de instrumento particular ou termo judicial.
- (D) Exprimem aceitação de herança os atos oficiosos, como o funeral do finado, os conservatórios, ou os de administração e guarda provisória.

QUESTÃO 35

Considerando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) sobre a guarda, é **correto** o que se afirma em

- (A) Confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.
- (B) Destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela, adoção e adoção por estrangeiros.
- (C) Obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais.
- (D) Deferir-se-á a guarda, excepcionalmente, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

QUESTÃO 36

Considerando o Código Civil Brasileiro, são também responsáveis pela reparação civil, **EXCETO**

- (A) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados que se acharem nas mesmas condições.
- (B) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, exceto para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.
- (C) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- (D) os que, gratuitamente, houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

QUESTÃO 37

Sobre a propriedade em geral, de acordo como Código Civil Brasileiro, é **correto** afirmar que

- (A) o Município não poderá abandonar a coisa em favor de quem a achou, mesmo se diminuto o seu valor.
- (B) o proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na transformação industrial.
- (C) o descobridor, não conhecendo o dono, fará por encontrá-lo e, se não o encontrar, entregará a coisa achada à autoridade competente.
- (D) o descobridor da coisa responde pelos prejuízos causados ao proprietário ou possuidor legítimo, quando tiver procedido com culpa.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROVIMENTO**QUESTÃO 38**

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a incompetência absoluta somente pode ser arguida pela parte através de exceção.
- (B) os motivos de impedimento e de suspeição, a que alude o Código, aplicam-se também ao perito e ao intérprete.
- (C) o Ministério Público não tem legitimação para suscitar conflito de competência, mas será necessariamente ouvido em todos os conflitos suscitados, que são de ordem pública.
- (D) o juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias dos autos, ainda que não alegados pelas partes, podendo sempre decidir por equidade, independentemente de previsão legal.

QUESTÃO 39

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) o ônus da impugnação específica dos fatos, na contestação, não se aplica ao curador especial, ao órgão do Ministério Público e ao advogado dativo.
- (B) os absolutamente incapazes serão representados em juízo, na forma da lei, por não possuírem capacidade para figurar no polo ativo ou passivo da lide.
- (C) a apelação interposta contra sentença que julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem será recebida em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo.
- (D) verificando a incapacidade processual ou a irregularidade de representação das partes, o juiz deve excluir, de imediato, o terceiro do processo, se a irregularidade a ele se referir.

QUESTÃO 40

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) os deveres de lealdade e probidade a que aludem os artigos 14 e 15 somente se aplicam ao autor e ao réu, não atingindo aos terceiros intervenientes.
- (B) o litigante de má-fé, além do ressarcimento dos prejuízos, sujeita-se a pagar a multa de até um por cento sobre o valor da causa, devendo essa verba ser revertida em favor da Fazenda Pública.
- (C) no caso de pluralidade de litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa, ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.
- (D) se o réu, reconhecendo o fato em que se fundou a ação, opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido, facultando-lhe o juiz a produção de prova, mas somente testemunhal.

QUESTÃO 41

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) o protesto ou a interpelação admite defesa e contraprotesto nos autos em que a medida é processada.
- (B) a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios, salvo nos casos em que funcionar como advogado em causa própria.
- (C) salvo as disposições concernentes à justiça gratuita, compete ao autor adiantar as despesas relativas a atos cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público.
- (D) a petição inicial referente à ação de atentado será autuada em separado e será processada e julgada pelo juiz que conheceu originariamente a causa principal, salvo se esta se encontrar no tribunal.

QUESTÃO 42

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a capacidade de postulação no sistema processual brasileiro compete exclusivamente aos advogados legalmente habilitados.
- (B) é assegurado ao advogado o direito de examinar, sem qualquer ressalva, em cartório ou secretaria de tribunal, os autos de qualquer processo.
- (C) os direitos e deveres dos advogados, relacionados ao exercício do mandato judicial, estão disciplinados exclusivamente no Estatuto da Ordem dos Advogados.
- (D) sendo comum às partes o prazo para se manifestar, só em conjunto ou mediante prévio ajuste, por petição nos autos, poderão os seus procuradores retirar os autos do cartório, salvo para extrair cópias de peças do processo, para o que cada procurador terá o prazo de uma hora, independentemente de ajuste.

QUESTÃO 43

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) carece o Ministério Público de legitimidade para propor execução forçada.
- (B) a sentença estrangeira, desde que traduzida por intérprete autorizado, tem plena eficácia no Brasil.
- (C) a ação rescisória é viável tanto nas sentenças de mérito como nas de conteúdo meramente processual.
- (D) o sub-rogado, nos casos de sub-rogação legal ou convencional, tem legitimidade para promover a execução, ou nela prosseguir.

QUESTÃO 44

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a conexão e a continência são, no sistema do Código, critérios de modificação da competência.
- (B) declarada a incompetência absoluta, os autos serão remetidos ao juiz competente, que anulará todos os atos processuais praticados.
- (C) a pessoa jurídica de direito privado, para a ação em que for ré, somente pode ser demandada no domicílio do estabelecimento em que se praticou o ato.
- (D) segundo o critério do Código, se o conhecimento da lide civil depender necessariamente da verificação da existência do fato delituoso, o juiz mandará sobrestar o andamento do processo até que se pronuncie em definitivo a justiça criminal.

QUESTÃO 45

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a assinatura dos magistrados nos atos de seu ofício, por meio eletrônico, somente é permitida nos Juizados Especiais e em segundo grau de jurisdição.
- (B) é vedada nos juízos a delegação aos servidores de prática de atos de administração e de atos de mero expediente sem caráter decisório.
- (C) é permitido às partes e a seus advogados retirar autos suplementares de cartório.
- (D) a desistência da ação só produzirá efeito depois de homologada por sentença.

QUESTÃO 46

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) é vedado o uso da taquigrafia e da estenotipia em primeiro grau de jurisdição.
- (B) é permitida a prática de citação e penhora, em domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário legal, independentemente da autorização do juiz, bastando que a parte que requereu o ato demonstre a excepcionalidade do caso e a urgência da medida ao oficial de justiça.
- (C) tratando-se de processo total ou parcialmente eletrônico, eventuais contradições na transcrição deverão ser suscitadas oralmente no momento da realização do ato, sob pena de preclusão, cabendo ao juiz, frente à eventual impugnação, decidir de plano, registrando-se a alegação e a decisão no termo.
- (D) tratando-se de processo parcialmente eletrônico, os atos processuais praticados na presença do juiz não poderão ser produzidos e armazenados do modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, ainda que mediante registro, em termo assinado pelo juiz, pelo escrivão e pelos advogados das partes.

QUESTÃO 47

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) é vedado ao juiz recusar o cumprimento de carta precatória que circula entre juízes do mesmo grau de jurisdição.
- (B) na execução de título executivo extrajudicial, o executado somente poderá oferecer embargos depois de seguro o juízo.
- (C) comprovada a ocorrência de nulidade absoluta, o ato somente pode ser invalidado pelo juiz mediante provocação da parte prejudicada.
- (D) havendo urgência, permite a norma processual civil que a carta de ordem e a carta precatória sejam transmitidas por telegrama, radiograma ou telefone.

QUESTÃO 48

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) é vedado ao juiz, antes da citação, proferir sentença de improcedência do pedido traduzido na inicial.
- (B) na obrigação indivisível com pluralidade de credores, é vedado àquele que não participou do processo receber a sua parte.
- (C) no procedimento sumário, o não comparecimento pessoal do réu à audiência de conciliação, sem justificativa, importa em confissão quanto à veracidade dos fatos alegados pelo autor na inicial, salvo se presente preposto credenciado para transigir.
- (D) ao contrário do que ocorre no Juizado Especial, não se admite a possibilidade de o juiz ser auxiliado na audiência de conciliação por conciliador.

QUESTÃO 49

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) o pedido de exibição de documentos não pode ser formulado contra quem não é parte no processo.
- (B) o instrumento público, quando for exigido pela lei, como substância do ato, é insuprível por qualquer outro meio de prova, por mais especial que seja.
- (C) a segunda perícia, cujo objeto sejam os mesmos fatos sobre os quais recaiu a primeira, invalida aquela, que perde o seu valor probatório.
- (D) o documento, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não tem a mesma eficácia probatória do documento particular.

QUESTÃO 50

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a sentença de interdição produz efeito imediato, embora sujeita a apelação.
- (B) os motivos e a verdade dos fatos estabelecidos como fundamentos da sentença fazem coisa julgada.
- (C) segundo a regra da imutabilidade da sentença, publicada a sentença, o juiz não poderá mais alterá-la.
- (D) não está sujeita ao duplo grau necessário de jurisdição a sentença proferida contra fundações de direito público.

QUESTÃO 51

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a impugnação ao cumprimento de sentença não poderá versar sobre a inexigibilidade do título.
- (B) a desistência do recurso, se ofertadas contrarrazões, depende da anuência da parte recorrida ou dos litisconsortes.
- (C) verificando o tribunal que o preparo foi feito a menor, decretará de imediato a deserção do recurso e determinará a devolução dos autos à instância de origem.
- (D) a apelação interposta contra sentença que homologar a divisão ou a demarcação será recebida somente no efeito devolutivo, sendo possível a execução provisória enquanto estiver pendente o recurso.

QUESTÃO 52

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) são absolutamente impenhoráveis os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.
- (B) constitui título executivo extrajudicial o instrumento de transação referendado pela Defensoria Pública.
- (C) o ajuizamento de qualquer ação pertinente ao débito constante do título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
- (D) os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro, dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para ter eficácia executiva no Brasil.

PROVA DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL – PROVIMENTO**QUESTÃO 53**

Constitui efeito específico e não automático da sentença condenatória transitada em julgado

- (A) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- (B) a perda de cargo ou função pública, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.
- (C) perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.
- (D) perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.

QUESTÃO 54

Dispõe o artigo 115 do Código Penal: “São reduzidos de $\frac{1}{2}$ (metade) os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos”. Sem levar em conta os casos de redução do prazo da prescrição, o menor prazo prescricional previsto no Código Penal é de

- (A) dois anos.
- (B) três anos.
- (C) quatro anos.
- (D) oito anos.

QUESTÃO 55

A conduta de quem erra culposamente sobre a legitimidade da ação, e a pratica, supondo legítima, deverá ser punida, caso presentes os elementos do conceito analítico de crime, a título de culpa

- (A) própria.
- (B) consciente.
- (C) inconsciente.
- (D) por assimilação.

QUESTÃO 56

São medidas socioeducativas expressamente previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), **EXCETO**

- (A) advertência.
- (B) obrigação de reparar o dano.
- (C) prestação de serviços à comunidade.
- (D) proibição de frequentar determinados lugares.

QUESTÃO 57

Particular que instiga pessoa, que sabe ser oficial do Cartório de Protesto de Títulos, a se utilizar de numerário correspondente aos títulos que lhe foram entregues, em razão do cargo, em benefício de ambos e em caráter não momentâneo, deve ser punido, caso praticado o desvio e constatada a relevância da instigação, por

- (A) furto.
- (B) peculato.
- (C) concussão.
- (D) apropriação indébita.

QUESTÃO 58

Sobre a ação penal pública condicionada, é **correto** afirmar que

- (A) no silêncio da lei, a ação penal dependerá de representação do ofendido para ser proposta.
- (B) o prazo para o oferecimento da representação do ofendido é de 6 (seis) meses, contados a partir da data do fato.
- (C) segundo a disciplina do Código de Processo Penal, é possível a retratação da representação até o recebimento da denúncia.
- (D) o Código de Processo Penal não estabelece prazo decadencial para que o Ministro da Justiça apresente requisição, quando exigida for ela por lei.

QUESTÃO 59

A atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados por prática criminosa

- (A) é incabível, segundo a ordem jurídica pátria.
- (B) será cabível, ainda que concurso haja entre a jurisdição comum e a militar.
- (C) não viola, quando cabível e segundo orientação sumulada do Supremo Tribunal Federal, as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal.
- (D) deverá ocorrer sempre, em razão do princípio da unidade e coerência das decisões judiciais, ainda que praticado crime doloso contra a vida por quem não detém o foro por prerrogativa de função.

QUESTÃO 60

Segundo o disposto na Lei 4.737/65 (Código Eleitoral), das decisões finais de condenação ou absolvição proferidas por juiz eleitoral cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, a ser interposto no prazo de

- (A) 2 (dois) dias.
- (B) 5 (cinco) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 61

Sobre a Lei 11.343/2006 (Tóxicos) e em conformidade ao que nela está previsto, é **correto** afirmar que

- (A) toda e qualquer conduta tipificada na referida Lei é idônea a ensejar prisão em flagrante delito.
- (B) o inquérito policial será concluído no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, se estiver solto.
- (C) é permitida, em qualquer fase da persecução criminal e mediante autorização judicial, a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação.
- (D) o indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços).

QUESTÃO 62

Segundo o Código de Processo Penal, caberá apelação no prazo de 05 dias nas situações seguintes do rito do Júri, **EXCETO** quando

- (A) proferida decisão que pronunciar o réu.
- (B) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.
- (C) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.
- (D) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança.

PROVA DE DIREITO TRIBUTÁRIO – PROVIMENTO**QUESTÃO 63**

Segundo normatização da Constituição Federal de 1988, acerca das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, é **correto** afirmar que

- (A) incidirão também sobre a exportação de produtos e serviços.
- (B) são de competência concorrente entre a União e os municípios.
- (C) não incidirão sobre as receitas decorrentes da importação e exportação.
- (D) poderão ter alíquota específica, tendo por base a unidade de medida adotada.

QUESTÃO 64

A base de cálculo do ITR – Imposto Territorial Rural – é o valor

- (A) venal.
- (B) fundiário.
- (C) da nua propriedade.
- (D) venal e das acessões.

QUESTÃO 65

Em sede de responsabilidade de terceiros, quando impossível a exigência do cumprimento da obrigação pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, **EXCETO**

- (A) os pais, pelos tributos devidos pelos filhos menores.
- (B) os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- (C) o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
- (D) o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.

QUESTÃO 66

Pertinente ao crédito tributário, uma vez notificado o sujeito passivo, o lançamento só pode ser alterado em virtude de, **EXCETO**

- (A) recurso de ofício.
- (B) embargos ao lançamento.
- (C) impugnação do sujeito passivo.
- (D) iniciativa de ofício da autoridade administrativa nos casos previstos no art. 149 do CTN.

QUESTÃO 67

São causas de extinção do crédito tributário, segundo a lei, **EXCETO**

- (A) a transação e a remissão.
- (B) a prescrição e a decadência.
- (C) o pagamento e a compensação.
- (D) a consignação em pagamento e o lançamento.

QUESTÃO 68

Em sede de consignação judicial do crédito tributário, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) a consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.
- (B) a consignação pode versar sobre outros créditos, desde que em face da mesma pessoa jurídica de direito público.
- (C) julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda.
- (D) julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

QUESTÃO 69

A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos contados da data de sua constituição definitiva. São hipóteses de interrupção da prescrição, **EXCETO**

- (A) o protesto judicial.
- (B) a citação pessoal feita ao devedor.
- (C) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- (D) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

QUESTÃO 70

Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, **EXCETO**

- (A) o espólio e os herdeiros.
- (B) os corretores, os leiloeiros e os despachantes oficiais.
- (C) os tabeliães, os escrivães e os demais serventuários de ofício.
- (D) os bancos, as casas bancárias, as caixas econômicas e as demais instituições financeiras.

QUESTÃO 71

Considerando as súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar, **EXCETO** que

- (A) o ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- (B) é inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- (C) é inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- (D) a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

QUESTÃO 72

Conforme a Lei 15.424, de 30/12/2004, os emolumentos incluem, **EXCETO**

- (A) protocolo, arquivamento e gestões necessárias ao ato notarial e de registro.
- (B) despesas postais e publicações, exceto quando expressamente ressalvadas nas tabelas.
- (C) utilização de sistema de computação, microfilmagem, disco ótico e outros meios de armazenamento e reprodução de dados.
- (D) traslado, anotações e comunicações determinadas por lei, diligências e gestões essenciais à realização do ato notarial ou de registro.

QUESTÃO 73

A Lei 15.424, de 30/12/2004, veda ao notário e ao registrador, **EXCETO**

- (A) cobrar qualquer importância a título de despesa com serviço de despachante.
- (B) conceder desconto remuneratório de emolumentos ou de valores da taxa de fiscalização judiciária.
- (C) cobrar as quantias relativas às certidões porventura fornecidas na hipótese de não se realizar o ato notarial ou de registro.
- (D) cobrar do usuário emolumentos por ato retificador ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro.

QUESTÃO 74

Relativamente às condições instituídas para a aposentadoria do servidor integrante do Regime Próprio da Previdência Social, inseridas na Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, é **correto** afirmar que

- (A) é vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- (B) a aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a doze meses.
- (C) o tempo de contribuição, para fins de aposentadoria, será comprovado mediante declaração pelo próprio segurado, na forma prevista na legislação em vigor.
- (D) o tempo de contribuição que tiver servido de base para aposentadoria concedida pelo RGPS ou por outro regime próprio de previdência poderá ser contado para fins de aposentadoria no Regime Próprio de Previdência Social.

QUESTÃO 75

A norma constitucional, segundo a qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, **não** se aplica, **EXCETO** a

- (A) Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (B) Importação.
- (C) Imposto de Renda.
- (D) Empréstimo Compulsório.

PROVA DE DIREITO COMERCIAL – PROVIMENTO**QUESTÃO 76**

A respeito das **sociedades em comum** e de acordo com o disposto no Código Civil, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) Os bens e as dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- (B) As sociedades em comum, apesar de terem natureza de sociedade, não possuem personalidade jurídica.
- (C) A prova da existência da sociedade em comum entre os sócios poderá ser realizada por todos os meios em direito admitidos, especialmente testemunhal.
- (D) Como regra geral e salvo exceção expressa em lei, os bens sociais da sociedade em comum respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios.

QUESTÃO 77

Ainda sobre a **sociedade simples** e de acordo com o disposto no Código Civil, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) É permitida a contribuição do sócio mediante prestação de serviços.
- (B) Impõe-se obrigatória a nomeação do administrador no contrato social.
- (C) A morte de um dos sócios não implica, necessariamente, na liquidação de sua quota.
- (D) Nas sociedades simples por tempo determinado, permite-se, para a retirada do sócio, denúncia cheia, desde que provada judicialmente a justa causa.

QUESTÃO 78

Sobre **sociedade limitada** e em observância ao disposto no Código Civil, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) É vedada a contribuição em prestação de serviços.
- (B) O capital social divide-se em quotas sempre iguais, permitida a existência de condomínio.
- (C) É possível atribuir a administração da sociedade limitada àquele que não compuser o quadro societário.
- (D) A administração da sociedade limitada poderá ser realizada por todos os sócios, desde que assim ajustado no contrato social; o ingresso de novo sócio, por essa simples condição, não implica no direito de administrar.

QUESTÃO 79

Sobre **sociedades** e nos termos do Código Civil, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) A transformação de uma sociedade em outra impõe a dissolução ou liquidação da primeira.
- (B) O credor anterior ao ato de cisão que for por ele prejudicado poderá promover a sua anulação judicial.
- (C) A fusão implica na extinção das sociedades que se unem, sucedendo a sociedade nova nos direitos e deveres das anteriores.
- (D) Havendo incorporação de sociedade, a incorporadora declarará extinta a incorporada e promoverá a respectiva averbação no registro próprio.

QUESTÃO 80

Tendo em vista o disposto no Código Civil, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) O nome empresarial e o estabelecimento podem ser objeto de alienação.
- (B) A sociedade limitada pode adotar firma ou denominação como nome empresarial.
- (C) Permite-se o uso do nome de um ou mais sócios na denominação da sociedade limitada.
- (D) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.

QUESTÃO 81

De acordo com o que dispõe a Lei 11.101/2005 (Lei de Falência), é **correto** o que se afirma em

- (A) Compete ao administrador judicial avaliar os bens arrecadados e de propriedade do falido.
- (B) Permite-se ao devedor requerer a recuperação judicial, desde que comprove o exercício regular de suas atividades pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.
- (C) Ainda que decretada a falência, permanece incólume o direito à privacidade, constitucionalmente garantido ao devedor, vedando-se ao administrador judicial abrir as correspondências dirigidas àquele.
- (D) Apesar dos poderes de que dispõe, é vedado ao administrador judicial requerer a falência da empresa, nos casos de descumprimento do plano de recuperação judicial, respondendo ele perante o Comitê de Credores nestes casos.

QUESTÃO 82

Ainda sobre a Lei 11.101/2005 (Lei de Falência), é **correto** o que se afirma em

- (A) O plano de recuperação judicial não implica novação dos créditos anteriores ao pedido.
- (B) Sendo permitida a alienação pelo plano de recuperação e aprovado pelo juiz, o arrematante das filiais do devedor não sucederá as obrigações deste, inclusive as tributárias, observadas as prescrições legais.
- (C) Deferida a recuperação judicial, o devedor permanecerá nesta condição até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 5 (cinco) anos depois da concessão da medida.
- (D) Considerar-se-ão créditos quirografários e sem qualquer privilégio, em caso de decretação de falência do devedor em recuperação judicial, aqueles pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-lo normalmente após o pedido de recuperação judicial.

QUESTÃO 83

A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem, nos termos da Lei 11.101/2005

- (A) créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.
- (B) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.
- (C) créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias.
- (D) créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; créditos com privilégio especial; créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias.

QUESTÃO 84

De acordo com o disposto pela Lei 11.101/2005, é **correto** o que se afirma em

- (A) Da decisão que decreta a falência cabe apelação.
- (B) O prazo para contestação do pedido de falência é o de 15 (quinze) dias.
- (C) Quem por dolo requerer a falência de outrem será condenado, na sentença que julgar improcedente o pedido, a indenizar o devedor, apurando-se as perdas e danos em liquidação de sentença.
- (D) Durante o prazo para contestar o pedido de falência, ao devedor permite-se elidi-lo, confessá-lo, sendo-lhe, no entanto, vedado requerer sua recuperação judicial.

QUESTÃO 85

De acordo com o disposto pela Lei 11.101/2005, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) Permite-se a realização do ativo, mediante alienação, ainda que o valor da oferta seja inferior ao da avaliação.
- (B) Em qualquer modalidade de alienação do ativo do falido, o Ministério Público será intimado pessoalmente, sob pena de nulidade.
- (C) O prazo prescricional relativo às obrigações do falido recomeça a correr a partir do dia em que transitar em julgado a sentença do encerramento da falência.
- (D) Na alienação do ativo do falido para terceiro, estranho à empresa e sem qualquer grau de parentesco com o falido ou a empresa devedora, o arrematante responde solidariamente com o devedor pelos ônus que sobre os bens recaírem.

QUESTÃO 86

Sobre **sociedades anônimas** e nos termos da Lei 6.404/76, é **correto** o que se afirma em

- (A) A ação é indivisível em relação à companhia, sendo vedado o condomínio.
- (B) Consideram-se ações em circulação no mercado todas aquelas do capital da companhia aberta.
- (C) A contribuição dos subscritores ou acionistas, para a formação do capital social inicial, não poderá consistir em bens.
- (D) Quando a entrada do capital social consistir em crédito, o subscritor ou acionista responderá pela solvência do devedor.

QUESTÃO 87

Sobre **sociedades anônimas** e nos termos da Lei 6.404/76, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) Permite-se a conversão de debêntures em ações.
- (B) As companhias abertas e fechadas podem emitir partes beneficiárias.
- (C) As debêntures geram para os seus titulares direito de crédito contra a companhia.
- (D) As partes beneficiárias conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais.

QUESTÃO 88

No Registro de Imóveis, deverão ser registrados, de acordo com o determinado pela Lei 6.015/73, **EXCETO**

- (A) contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada.
- (B) imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas, e respectiva cessão e promessa de cessão.
- (C) instituição de bem de família.
- (D) contrato de locação, para os fins de exercício de direito de preferência.

QUESTÃO 89

O assento do nascimento deverá conter, em conformidade com o que dispõe a Lei 6.015/73, **EXCETO**

- (A) a cor do registrando.
- (B) o sexo do registrando.
- (C) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido.
- (D) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada.

QUESTÃO 90

Sobre o que dispõe a Lei 9.492/97, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente só poderá ser pago com autorização judicial.
- (B) Após o protocolo do título para protesto, o devedor poderá ser intimado por edital, caso resida fora da competência territorial do tabelionato.
- (C) Qualquer interessado poderá solicitar o cancelamento do registro do protesto perante o cartório competente, desde que apresente o documento protestado, cuja cópia ficará arquivada.
- (D) Antes da intimação do devedor a respeito do protesto, poderá o credor desistir do ato; no entanto, após a mencionada comunicação, para a desistência torna-se indispensável a concordância do devedor.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL- PROVIMENTO**QUESTÃO 91**

Nos termos do artigo 41, § 1º, da Constituição Federal, o servidor público estável perderá o cargo, **EXCETO**

- (A) em virtude de reprovação em estágio probatório.
- (B) em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (D) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 92

Segundo a Constituição Federal e a propósito da atuação das polícias militares, é **correto** afirmar que

- (A) incumbe-lhes a polícia judiciária.
- (B) subordinam-se ao Presidente da República.
- (C) são forças auxiliares e de reserva do Exército.
- (D) respondem pelo patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

QUESTÃO 93

No que concerne aos traços peculiares de sua atuação, é **correto** afirmar que os atributos dos atos administrativos são

- (A) imperatividade, anualidade, presunção de legalidade, eficácia e publicidade.
- (B) imperatividade, presunção de legalidade, eficácia, exequibilidade e executoriedade.
- (C) publicidade relativa, imperatividade, eficácia, presunção de legalidade e executividade.
- (D) publicidade, imperatividade, legalidade formal, eficácia, executividade e executoriedade.

QUESTÃO 94

Os direitos políticos negativos correspondem às previsões constitucionais que restringem o acesso do cidadão à participação nos órgãos governamentais, por meio de impedimentos às candidaturas. Com este conceito, são absolutamente inelegíveis os cidadãos

- (A) servidores civis e militares.
- (B) analfabetos e servidores civis.
- (C) inalistáveis e militares.
- (D) analfabetos e inalistáveis.

QUESTÃO 95

O voto, que será exercido de forma direta, apresenta as seguintes características

- (A) personalidade, publicidade, eficácia, igualdade e periodicidade.
- (B) personalidade, publicidade, competência, liberdade e periodicidade.
- (C) personalidade, obrigatoriedade, liberdade, sigiliosidade, igualdade e periodicidade.
- (D) personalidade, obrigatoriedade, liberdade, sigiliosidade, publicidade e periodicidade.

QUESTÃO 96

Sobre cargo público, segundo o Estatuto do Servidor mineiro, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) É plural e autônomo.
- (B) Tem denominação própria.
- (C) É pago pelos cofres do Estado.
- (D) É criado por lei em número certo.

QUESTÃO 97

A legislação que trata do processo administrativo estadual arrola os legitimados a interpor recurso, que são os seguintes, **EXCETO**

- (A) o ente estatal que restou vencido.
- (B) o terceiro cujos direitos e interesses foram afetados pela decisão.
- (C) o titular do direito atingido pela decisão, que for parte no processo.
- (D) o cidadão, a organização e a associação, no que se refere a direitos e interesses coletivos e difusos.

QUESTÃO 98

A Lei Federal n. 8.666/93, nas contratações de obras, serviços e compras, prevê as seguintes modalidades de garantia, **EXCETO**

- (A) fiança bancária.
- (B) seguro-garantia.
- (C) penhora do ativo imobilizado.
- (D) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

QUESTÃO 99

Segundo a Constituição Federal, conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício das prerrogativas inerentes **EXCETO** à

- (A) nacionalidade.
- (B) soberania.
- (C) cidadania.
- (D) liberdade.

QUESTÃO 100

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende, **EXCETO**

- (A) os Estados.
- (B) os Municípios e os Territórios.
- (C) o Distrito Federal.
- (D) a União.

CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO!

01		21		41		61		81	
02		22		42		62		82	
03		23		43		63		83	
04		24		44		64		84	
05		25		45		65		85	
06		26		46		66		86	
07		27		47		67		87	
08		28		48		68		88	
09		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	





Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcoconcursos@pucminas.br